

HISTÓRIA DE GRUPOS INDÍGENAS E FONTES ESCRITAS -
O CASO DE SERGIPE *

Beatriz Góis Dantas
Profª de Antropologia da UFS

INTRODUÇÃO.

Propomos-nos a relatar uma experiência de trabalho desenvolvida no Estado de Sergipe, no tocante ao levantamento e uso das fontes escritas relacionadas com os grupos indígenas locais. O interesse por essa questão surgiu há aproximadamente 15 anos, em face da necessidade de encontrar uma resposta para uma questão sempre presente nos cursos de Etnologia: o que ocorreu com os índios que habitavam em Sergipe? A clientela dos diversos cursos de Antropologia da UFSE era, e ainda é, em grande parte constituída de alunos de História (não temos curso de Ciências Sociais). Como ocorre na produção historiográfica de um modo geral, a presença de índios é registrada em Sergipe, no período colonial, como objeto de conquista e catequese. Registros de sua presença são tênues no século XVIII e reaparecem com mais força na primeira metade do século XIX, como habitantes de várias aldeias-missões que se espalhavam pelo território da Província.⁽¹⁾ Depois era silêncio. Silêncio tão abrupto e profundo que se tornava desconcertante. Em face disto e ciente de que a história se faz também com os excluídos, se impunha a pergunta sobre o destino dos índios que na primeira metade do século XIX habitavam várias aldeias-missões e sobre os quais se falava explicitamente que eram índios aculturados e mestiçados

* Comunicação ~~poster~~ apresentada no CI História Indígena e Indigenismo no Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais, ~~a~~ ^{realizada} em Águas de São Pedro-SP, em outubro de 1984.

Embora esse "falar sobre" viesse quase sempre marcado pela visão preconceituosa do dominante, era um sinal de reconhecimento da presença dos índios, aos quais, a partir de um dado momento, se impõe a lei do silêncio.

As teorias de aculturação-assimilação poderiam ser invocadas para "explicar" esse silêncio sobre os índios de Sergipe, argumentando-se que não mais se falava deles porque ao cabo de um longo processo de aculturação e mestiçagem teriam afinal se assimilado aos regionais. Tal explicação contudo não dava conta do que acontecia em outros Estados do Nordeste, por exemplo, onde grupos indígenas, após quatro séculos de prolongado contato com os regionais, não tinham se assimilado e permaneciam reunidos em aldeias. Darcy Ribeiro, aliás, já chamara atenção para o fato de que a aculturação dos índios não desembocava na assimilação grupal (Ribeiro, 1979:446). O desafio estava pois colocado: Que ocorrera afinal com os índios em Sergipe no último século?

Foi instigada por essas questões que, juntamente com os alunos, nos dispusemos a fazer um levantamento de fontes nos arquivos locais, dos quais o mais importante é o Arquivo Público do Estado de Sergipe (APES). A primeira barreira surgiu quando constatamos que o referido arquivo estava reduzido a um depósito de papéis velhos, com grande parte dos documentos amontoadas no chão sem mínimas condições de consulta e nem sequer de conservação. Conseguimos encontrar alguns velhos catálogos e listas de classificação do acervo do arquivo mas era impossível localizar os códigos e as pacotilhas classificadas no meio de toda aquela desordem. A organização do Arquivo Público era pois condição preliminar para o levantamento. Começamos por aí. À época (1970), dirigíamos o Departamento de Cultura e Patrimônio Histórico do Estado de Sergipe e conseguimos um prédio adequado para sediar o arquivo. Os alunos, como bolsistas e logo depois como funcionários do APES, integraram-se ao trabalho de transferência e organização do acervo. No novo local conseguiu-se recompor parte da antiga ordenação dos documentos, o que permitia utilizar alguns velhos catálogos e listas de classificação na localização parcial das fontes. Ao mesmo tempo, com orientação do Arquivo Nacional, deu-se início à reclassificação do acervo, trabalho que prossegue até hoje e que tem possibilitado aos pesquisadores uma relativa facilidade na localização dos documentos⁽²⁾. O levantamento das fontes relativas aos índios pôde então desenvolver-se e teve continuidade até 1976.

Metodologia -

Tendo como pano de fundo a questão básica que nós colocávamos - o que acontecera com as populações das várias aldeias indígenas de Sergipe cuja existência era oficialmente reconhecida até a primeira metade do século XIX - a proposta de levantamento das fontes teria que ser feita numa perspectiva abrangente, de modo a perceber a trama das relações econômicas, sociais, po

líticas e culturais entre as aldeias e a sociedade mais ampla e dar conta do silêncio sobre os índios a partir de um dado momento. Elaboramos então uma relação de palavras-chaves a serem utilizadas como pistas na busca dos documentos, palavras que foram também posteriormente utilizadas na identificação do conteúdo de cada documento, para fins de classificação. Algumas palavras-chaves: Índio, Xocó, Kiriri, Boimé, Aramuru e outras designações de grupos locais, terra, missionários, missões-aldeias, Pacatuba, São Pedro, Geru etc (nomes de aldeias-missões locais) etc.

O trabalho obedeceu aos seguintes procedimentos:

- 1 - Localização dos documentos no Arquivo de origem
- 2 - Elaboração da ficha do documento
 - 2.1 - Transcrição (integral ou parcial) ou resumo do documento.
 - 2.2 - Identificação do documento:
Arquivo de origem. Data. Nº de ordem e sigla de identificação no Fundo de Documentos.
 - 2.3 - Indicação do conteúdo através das palavras-chaves
 - 2.4 - Classificação para arquivamento
- critérios: cronológico.
tipo de documento (fundo).
- 3 - Arquivamento -
 - 3.1 - ficha do documento
 - 3.2 - ficha - guia

Visão de conjunto sobre a documentação

A documentação até então reunida é constituída de aproximadamente 800 peças manuscritas em sua quase totalidade. O arquivo de origem é basicamente o APES. Alguns documentos foram localizados esporadicamente por outros pesquisadores (3) no Arquivo Público da Bahia, no Arquivo Nacional e na Biblioteca Nacional. Destes procedem os documentos mais antigos (século XVII e XVIII). A documentação do APES é basicamente do século XIX, registrando-se, é bom que se frise, um vazio na documentação relativa aos índios de Sergipe no século XX.

Quanto ao emissor dos documentos, estes foram de início agrupados em duas categorias gerais: documentos emitidos pelos índios e documentos emitidos por não índios. Numericamente reduzidos (cerca de 20 peças apenas), os documentos que tiveram origem nas diferentes aldeias, são na sua quase totali

dade requerimentos e representações dirigidas às autoridades (Presidente da Província, Conselho de Governo, Imperador) reivindicando providências para as segurar seus direitos, quase sempre relacionados com as terras.

Os documentos emitidos pelos não índios foram escritos por diferentes sujeitos sociais que se inserem de diferentes modos no jogo de interesses que permeiam as classes e os grupos sociais que interagem no contexto da sociedade sergipana do século XIX. Revelam em relação aos índios posturas variadas que vão das visões românticas e paternalistas marcadas pela tolerância e até pela simpatia, às visões mais radicais em que os índios são apresentados como perigosos malfeitores que ameaçam a ordem da sociedade e devem ser, no limite, até eliminados. São falas de missionários, curadores e diretores de aldeias, delegados, juizes, fazendeiros, vereadores, Presidentes de Província, deputados, ministros etc. Os documentos compreendem:

1. Avisos e decretos do Governo Central dirigidos ao Presidente da Província dispondo sobre índios e aldeias de Sergipe.
2. Correspondência e relatórios dos Presidentes de Província.
3. Correspondência dos delegados, juizes e de outras autoridades.
4. Correspondência da Câmaras Municipais.
5. Atas da Assembléia Provincial.
6. Correspondência dos missionários responsáveis pelas aldeias dirigida ao Presidente da Província.
7. Representações de proprietários rurais contra índios.
8. Autos de medição das terras das aldeias.
9. Autos de devassa de crimes atribuídos a índios
10. Estatísticas sobre população de Sergipe.

Límites e possibilidades

Uma avaliação crítica dos estoques de manuscritos conservados no arquivo estadual ressalta que a quase totalidade das fontes documentais até então reunidas se circunscreve ao espaço e à fala dos dominantes. Produzida no âmbito dos diversos aparelhos de Estado ou a eles destinada, é uma documentação que veicula um ponto de vista "oficial", sendo produzida sobretudo por administradores. Mesmo quando emitida por missionários, estes se inscrevem como diretores de aldeias ou catequistas pagos pelo Estado, funcionários

de certo modo (4).

Em contraste com a relativa abundância de falas de agentes ligados ao Estado, é evidente a escassez de documentos produzidos nas aldeias pelos índios.

Como diz Michel de Certeau "os caminhos da escrita combinam o plural dos itinerários e o singular de um lugar de produção". (Certeau, 1982 : 219). Essa exigüidade de fontes escritas gerada pelos índios era aliás esperada. É sabido que o manejo de um código de escrita não era usual entre as populações nativas do Brasil e mesmo aquelas submetidas a um longo processo de aldeamento e civilização gerido pelos "brancos", ao que parece, não eram suficientemente adestradas no ato de escrever. Pelo menos no tocante à documentação por nós analisada, os documentos de procedência dos índios eram muitos deles "assinados em cruz", indicativo de que seus signatários não tinham sequer rudimentos de escrita ou, para usar uma expressão popular, nem sequer "assinavam o nome".

Doutro lado, a documentação remetida pelos nativos às autoridades da Província ou do Império enfrentava os entraves da tramitação burocrática, sendo muitas vezes propositadamente retida ou tomava rumos ignorados. Significativamente, mais de uma vez, encontramos nos documentos reclamações de autoridades provinciais que exigem dos delegados e outros ocupantes de cargos a nível local, satisfações pelo atraso ou desvio de representações enviadas pelos habitantes das aldeias indígenas, o mesmo se registrando na esfera central em relação à provincial.

Com tais empecilhos, compreende-se que a documentação emanada dos índios e encontrada em arquivos seja reduzida, detalhe de um processo geral, pelo qual, como resumiu muito bem Douglas Teixeira Monteiro "... as vozes dos oprimidos são débeis e quase sempre, não foram registradas, ou então chegaram até nós deformadas". (Monteiro, 1978: 249).

Essa característica da documentação que remete às falas dos dominantes e ao silêncio quase absoluto dos índios pode parecer à primeira vista uma dificuldade intransponível quando se tem em mente a "recuperação de historicidades silenciadas". Isto aliás tem feito com que muitos estudiosos desistam de estudar a história dos índios, receosos do viés introduzido pela ótica dos dominantes que permeia a documentação disponível. Enveredar por aí significaria desistir da tarefa em face da exigüidade de registros "puros". Implícitaria, por outro lado, em assumir perante o documento uma atitude no mínimo ambivalente: se proveniente dos dominantes seria descartado como "falso" e espúrio; se proveniente dos índios, enquanto categorias de dominados, seria ver

dadeiro, "expressão irredutível do "fato" e espelho da realidade". Tal atitude terminaria por restituir ao documento, ou pelo menos àquele gerado pelos oprimidos, um valor irrefutável (5).

Mas é preciso reconhecer que há sempre a possibilidade de recuperar a presença dos dominados mesmo no interior dos discursos dos dominantes. Como lembra Adalberto Marson: "A despeito de toda a sua eficácia, não quer dizer que a memória do vencedor e a ideologia que a penetra fechem os caminhos da reconstituição histórica ou resistam à desmontagem da reflexão crítica. Pretender tal exigência seria acreditar no ideal de reconstituição através de registros "puros", ou ceder ao anseio de onipotência dos vencedores.

Como qualquer parte da história, lançada com suas forças no confronto das lutas com outras propostas, a contradição que a engendra inscreve em seus registros "impuros" as brechas e os sinais que a identificam como representação, sem maior ou menor privilégio que outros registros". (Marson, 1984:62).

Os usos da documentação

A documentação localizada no arquivo associada às descrições de viajantes e outras fontes tem servido de suporte à elaboração de pequenos trabalhos, nos quais tentamos sistematizar as informações disponíveis, tendo em vista recuperar a presença dos índios na história.

Tomamos como unidade de estudo as aldeias, na medida em que elas parecem constituir o "locus" privilegiado para observar as contradições e conflitos que envolvem os nativos, particularmente no século XIX. Em um desses ensaios, enfocamos as relações entre os índios e diferentes agentes da sociedade envolvente (missionários, administradores, fazendeiros etc) numa antiga missão dos jesuítas (Dantas, 1983 (1973)). Num outro trabalho, essas relações são analisadas tomando como ponto central a questão da terra (Dantas, 1976). A sistematização dos dados para a elaboração desses ensaios permitiu responder, pelo menos em parte, à questão que motivara o levantamento: o destino das aldeias indígenas de Sergipe que até os meados do século XIX abrigava uma população de aproximadamente 1.500 índios agrupados em vários núcleos (Mott, 1974). Até o final da década de quarenta aproximadamente, os diferentes segmentos da sociedade civil e do governo reconheciam a existência de pelo menos cinco aldeias e os seus habitantes como índios (6).

Não só o Presidente da Província, como também as Câmaras Municipais pediam ao Governo Central providências para educar os índios. Os pro

prietários rurais que se viam por eles ameaçados em seus interesses, propunham como solução a remoção dos índios para outra aldeia da "mesma casta de gente" ou a incorporação dos índios solteiros à Marinha e dos casados à agricultura, como forma de desmobilização da ação grupal. Removendo-os ou dispersando-os reconhecia-se, contudo, a sua existência, existência que é negada na década de 50 e culmina com "extinção" das aldeias por Decreto, (7) sob a alegação de que já não havia índios, pois estes teriam desaparecidos através da mestiçagem. Ressalte-se o uso que é feito da mistura racial neste contexto.

Em se tratando de populações indígenas sujeitas a longo cruzamento interracial, a mestiçagem foi o critério inventado pelos brancos para negar a existência de índios. Com efeito, o conceito de etnia no século XIX estava muito ligado a aspectos antropológicos, especialmente à cor, e as confusões então reinantes entre raça e cultura acentuavam-nos.

É interessante porém observar que o apelo à miscigenação como elemento diluidor de etnia indígena, e por conseguinte critério para sua negação, será adotada, por volta dos meados do século XIX. Evidentemente que isso terá que ser analisado no conjunto das ideologias raciais formuladas no Brasil, ou melhor, para aqui transplantadas e ajustadas para "explicar" a realidade de um país onde brancos, negros e índios têm sido frequentemente vistos como ingredientes destinados ao "cadinho racial", um dos mecanismos ideológicos de redução do múltiplo ao uno. O destino do índio, explícito aliás na legislação que o protegia, era deixar de ser índio (Moraes Neto, 1971). As aldeias constituíam-se em pontos de passagem a serem ultrapassados nessa caminhada evolutiva do índio ao civilizado. Na prática o problema era decidir em que momento isto ocorria. No caso em tela, a exacerbação da ideologia assimilacionista naquele exato momento, informando práticas do Estado em relação a índios mestiçados e aculturados, ocupantes de áreas valorizadas, a nosso ver está relacionada com a Lei de Terras de 1850. Na tentativa de regularizar as propriedades rurais e identificar as terras devolutas o governo manda incorporar a estas as "terras dos índios que já não vivem aldeadas mas sim dispersos e confundidos na massa de população civilizada". (8)

Assim os critérios de "pureza" e "mistura" foram usados de modo a permitir aos dominantes o acesso legalizado às terras dos índios "extintos" pela mistura de raças, algo, aliás, muito semelhante à recente tentativa de "emancipação" dos índios.

A documentação reunida permite não só desmontar o discurso ideológico do Estado e dos fazendeiros - "extinção dos índios pela mistura" - mas também analisar como nas aldeias, ao serem negada pelo Estado a sua identidade étnica e conseqüentemente os direitos a ele associados (propriedade comunal das terras, isenção de dízimos e impostos, serviços religiosos gratuitos, orde-

nanças próprias etc), os índios reagem reativando elementos da cultura com os quais procuram recolocar as diferenças, marcar distintividade enfim mostrar sua "cultura do contraste". (Cunha, 1979: 36). Significativamente é nos momentos de crise nas aldeias (invasões de terras, expulsão de índios, prisão de líderes, extinção das aldeias) que os documentos registram o uso de itens culturais que servem como sinais diacríticos. É justamente quando se sentem ameaçados que aguçarão os sinais externos de sua indianidade e os usarão na tentativa de garantir seus interesses, pois a identidade étnica não é simplesmente contrastiva, mas tem também uma conotação política (Cohen, 1969).

Vejamos alguns casos concretos:

Índios da missão de Pacatuba, nas proximidades do Rio São Francisco, após longo período de desavenças com fazendeiros e autoridades locais, invadem a cadeia pública da Vila de Propriá, onde se encontrava preso um seu líder a fim de libertá-lo, e o fazem ruidosamente em número de mais de duzentos índios portando arcos e flechas, além de outras armas. (Auto de devassa dos Índios de Pacatuba, 1827).

Aldeia da Chapada. Ano de 1872. Sob o pretexto de que já havia índios, o governo manda medir as suas terras para legitimar posses. Ao tomar conhecimento, do fato "reunidos em grande número e armados de foices, flechas e arcos, à maneira de índios, com grandes vozerios e insultos, começaram a fazer diferentes e grandes roçados nos terrenos de que tratam os abaixo firmados, com o único fim, segundo deles mesmo se ouvia, de mostrarem que as terras da Chapada lhes pertenciam..." (Representação de proprietários de engenhos, 1872).

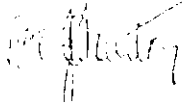
Se traços culturais podem ser retomados da bagagem cultural e postos em realce para marcar a identidade étnica, a manipulação ao nível da "raça" se torna mais operativa para quem pretende negar a existência de índios do que para aqueles que pretendem afirmá-la. Verificar como raça e cultura são acionadas por diferentes sujeitos sociais a fim de negar identidades ou reafirmá-las no contexto do século XIX, tem evidente interesse teórico. Mas a documentação reunida sobre os índios de Sergipe tem servido também para subsidiar as ações dos próprios índios na defesa dos seus direitos.

Quando em 1978, os Xocó da Ilha de São Pedro, reativando sua identidade étnica, retomam parte do antigo território tribal e se vêem pressionados a provar com "documentos escritos" os seus direitos, uma vez que a rica tradição oral do grupo não era levada em conta pelos tribunais, a documentação da antiga missão de São Pedro de Porto da Folha foi posta à disposição

dos índios. Foi encaminhada à Funai, através de entidades que os apoiaram na reconquista dos seus direitos(9) e parcialmente publicada ao lado de alguns estudos (DANTAS e DALLARI, 1980). Contribuíram de algum modo para que os Xocó, que no final do século passado, foram obrigados a dispersar-se, transferindo-se uma parte para a aldeia dos Kiriri, em Alagoas, enquanto outros permaneceram nas terras camuflando sua identidade, tivessem hoje assegurados seus direitos de posse, ao menos sobre a Ilha de São Pedro, pequena parte do antigo território tribal, e sua indianidade reconhecida.

Para terminar, vamos tentar rapidamente estabelecer uma ponte entre este trabalho e uma questão atual que é a relação e o compromisso do pesquisador com seu "objeto de estudo". O retorno do trabalho para o pesquisado tem sido insistentemente "cobrado", exigindo-se muitas vezes dos estudiosos que a escolha dos temas e universos de pesquisa sejam determinados pela possibilidade de imediato retorno do resultado às populações estudadas. Gostaríamos apenas de colocar que o retorno do trabalho científico toma formas as mais diversas e às vezes até imprevisíveis, como parece ser o caso do levantamento da documentação acerca dos índios de Sergipe. Realizado na primeira metade da década de setenta, num momento histórico em que a abertura de estradas (Transamazônica, Santarém-Cuiabá, Manaus-Boa Vista) ameaçava a sobrevivência de muitos grupos indígenas no Norte e do Centro Oeste, fechar-se em arquivos em busca de documentos históricos acerca de índios dados como "extintos", poderia ser visto como a atitude típica de reclusão à famosa "torre de marfim". No entanto, a aparente inutilidade de um trabalho iniciado com interesses acadêmicos se desfaz quando, no movimento geral da sociedade, minorias lutam pelos seus direitos, luta que para os Xocó passa pelo reconhecimento da sua identidade étnica e de acesso às terras da antiga aldeia. Naquele momento, final da década de setenta, os que tinham reduzido os índios mestiços a índios "extintos" e sua oralidade a documentos de segunda categoria, exigem registros escritos "provas" daquilo que através da escrita eles tinham tentado negar - a existência e consequentemente os direitos dos índios de Sergipe. Uma leitura crítica dos documentos escritos termina por mostrar a profunda violência que perpassa a arbitrariedade da extinção legal das aldeias e da negação da existência de índios, permitindo que estes incorporem aos seus instrumentos de luta uma documentação reunida sem intenção prévia e consciente de colocar a pesquisa a serviço dos pesquisados.

Aracaju(SB), 27 julho de 1984.



N O T A S

1. Ver "Etnias Sergipanas" livro publicado em 1950, no qual Felte Bezerra, professor de Etnologia da antiga Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe, dedica um capítulo aos índios.
2. A partir de então o Departamento de História da UFS passou a ter uma presença atuante no APES e em outros arquivos locais, através do Programa de Levantamento das Fontes Primárias da História de Sergipe. Este programa tinha uma abrangência geral e visava colocar os alunos em contato com os arquivos e estimular sua iniciação na pesquisa e ainda, por à disposição dos pesquisadores um sistema unificado de informações. Funcionou inicialmente como atividade extra-curricular sendo depois transformado em atividade de estágio e como tal persiste até hoje. Ver Levantamento Parcial das Fontes Primárias do APES 4 vol. Programa de Documentação e Pesquisa Histórica - CECH - UFS -Aracaju, 1982.
3. Dr. Luiz Mott nos forneceu cópias de vários documentos do APEB, BN e AN. Do mesmo modo nos servimos dos microfimes e cópias xerox do Departamento de História da UFS levantados em arquivos nacionais e de Lisboa por seus pesquisadores.
4. Os arquivos das ordens religiosas a que pertenciam os missionários são, certamente, depositários de outras falas. Nossa incursão pelos arquivos do Convento da Piedade, em Salvador, sede de uma prefeitura dos capuchinhos, no entanto foi desalentadora pela exiguidade de documentos encontrados sobre as missões que os capuchinhos mantiveram em Sergipe.
5. Para uma discussão sobre o valor dos documentos e questões correlatas ver o instigante artigo intitulado "Reflexões sobre o procedimento histórico", Marson, 1984.
6. O termo aldeia está aqui empregado em sentido de localidade habitada por índios. Eram elas: São Pedro do Porto da Folha, Pacatuba, Água-Azeda, Geru, Chapada.
Dois outros núcleos de índios teriam desaparecido na primeira metade do século: Rio Real e Japarutuba.
7. Decreto nº 1.139 de 6.4.1853 - Leis do Império.

8. Aviso nº 177 do Ministério dos Negócios do Império de 21.10.1850, Coleção de Leis do Império.
9. A documentação foi entregue no final de 1978 à Diocese de Propriá que através do CIMI a encaminha à FUNAI, bem como à Comissão Pró Índio de São Paulo que além de enviar cópias à FUNAI faz a publicação de "Terra dos Índios Xocó", onde ela foi parcialmente transcrita.

BIBLIOGRAFIA

- BEZERRA, Felte. 1950. Etnias Sergipanas. Aracaju
- CERTEAU, Michael de. 1982 A Escrita da História. Rio de Janeiro Forense Universitária.
- COHEN, Abner. 1969. Custom and Politics in Urban Africa. London, Routledge and Kegan Paul.
- CUNHA, Manuela Carneiro da. 1979. "Etnicidade, da Cultura Residual mas Irredutível" Revista de Cultura e Política nº 1. São Paulo.
- DANTAS, Beatriz Góis. 1983. Missão Indígena do Geru. Comunicação apresentada ao V. Simpósio de História do Nordeste ⁹⁷³ Aracaju. Programa de documentação e pesquisa histórica. UFS.
- DANTAS, 1976. Índios e Brancos em Conflitos pela Posse da Terra - aldeia de Água Azeda, século XIX - Anais do VIII Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História. Vol. II.
- DANTAS e DALLARI. 1980. Terra dos índios Xocó. São Paulo. Comissão Pró-Índio.
- MARSON, Adalberto. 1984. "Reflexões sobre o procedimento histórico" in Repensando a História. Marcos A. da Silva (org) Rio de Janeiro, Marco Zero.
- MONTEIRO, Douglas Teixeira. 1978. "Comentário à História da Igreja". Religião e Sociedade nº 3
- MOREIRA NETO, Carlos Araújo. 1971. A Política Indigenista no Brasil durante o século XIX. Tese apresentada à FFLA de Rio Claro (mimeo).
- MOTT, Luiz. 1974. Brancos, Pardos, Pretos e índios em Sergipe. 1825-30. Anais de História. Ano VI.
- RIBEIRO, Darcy. 1970. Os índios e a civilização. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.